

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES ALIANÇA DA BAHIA

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO

CNPJ/MF nº 01.938.783/0001-11

NIRE n° 29300023230

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,	Mensagem da Administração	passou a ser faturada na sua controlada Aliança da Bahia Patrimonial desde junho/2020) e um aumento
----------------------	---------------------------	---

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas as demonstrações financeiras anuais completas, individuais e consolidadas, da Companhia de Participações Aliança da Bahia ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes.	Mensagem da Administração Cenário Macro O contexto internacional, marcado por estímulos fiscais e monetários e a reabertura das principais economias ao longo de 2021, experimenta agora momento de atenção quanto ao risco potencial de surgimento de novas variantes da Covid-19 e seus impactos para a retomada do desempenho econômico	passou a ser faturada na sua controlada Aliança da Bahia Patrimonial desde junho/2020) e um aumento no consolidado passando de R\$ 26,8 milhões para R\$ 29,9 milhões. As Despesas Administrativas totalizaram R\$ 43,6 milhões em 2020 e 26,4 milhões em 2021 (no consolidado R\$ 53,2 milhões em 2020 e 35,7 milhões em 2021), a redução de 39% e 33% respectivamente em relação ao acumulado do ano anterior, se deu, principalmente em função de despesas relacionadas a
--	---	---

Lucro Líquido - A Companhia apresentou lucro líquido no exercício de R\$ 135.400 mil.

no lucro líquido do exercício foram somados o valor da realização da reserva de reavaliação, líquida de

Lucro Líquido - A Companhia apresentou lucro líquido no exercício de R\$ 135.400 mil.

no lucro líquido do exercício foram somados o valor da realização da reserva de reavaliação, líquida de

impostos, no montante de R\$ 466 mil, os dividendos prescritos declarados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 497 mil, ganhos com alienações de ações no valor de R\$ 7.240 mil, chegando-se a um resultado ajustado total de R\$ 143.603 mil, base de avaliação para distribuição de dividendos.

Após os acréscimos acima, o montante de R\$ 6.770 mil foi destinado, por força do artigo 193, da Lei nº 6.404/1976, à constituição da reserva legal. Além disso, em reunião realizada em 10 de novembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia declarou (i) dividendos intercalares no montante de

cautelosa para os agentes quanto ao desempenho da economia e ambiente de negócios no curto prazo.

Desempenho do Portfólio

As empresas investidas apresentaram avanços em desempenho operacional. No setor imobiliário, o lucro foi impulsionado pelo aumento expressivo do IPCA que corrigiu o contrato de aluguel com o Hospital Aliança e no setor Agropecuario a valorização expressiva da arropa e o aumento da quantidade das cabeças de gado (passando de 2.845 em 2020 para 6.111 em 2021) melhorou o desempenho operacional da investida.

O Resultado Financeiro atingiu R\$5,6 milhões em 2020 e R\$ 8,2 milhões de despesa em 2021, (no consolidado) R\$ 53,2 milhões em 2020 e 35,7 milhões em 2021). Em relação a controladora, aumento de 126% nas receitas financeiras deve-se a maior rentabilidade em decorrência da maior taxa básica de juros aliado ao fato do saldo médio aplicado em 2021 ser maior que em 2020. Já em relação às despesas financeiras houve perda sobre os debêntures de R\$ 1,2 milhões que em 2020 não existia e a contabilização de R\$ 8,8 milhões de juros sobre fundo FIA (função de ações) cuja perda se contabiliza

impostos, no montante de R\$ 466 mil, os dividendos prescritos declarados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 497 mil, ganhos com alienações de ações no valor de R\$ 7.240 mil, chegando-se a um montante líquido de R\$ 10.000 mil. A administração adotou uma postura cautelosa para os agentes quanto ao desempenho da economia e ambiente de negócios no curto prazo.

resultado ajustado total de R\$ 143.603 mil, base de avaliação para distribuição de dividendos.

Após os acréscimos acima, o montante de R\$ 6.770 mil foi destinado, por força do artigo 193, da Lei nº 6.404/1976, à constituição da reserva legal. Além disso, em reunião realizada em 10 de novembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia declarou (i) dividendos intercalares no montante de R\$ 123.000 mil, os quais constituiriam antecipação do dividendo mínimo obrigatório ad referendum da Assembleia geral ordinária, e realização da reserva de lucros a realizar constituída em 2020 (i) juros sobre capital próprio no montante de R\$ 2.845 mil e (ii) dividendos especiais no montante de R\$ 116.177 mil. Os dividendos especiais foram pagos em 2021, e os demais dividendos foram pagos em 2022 (pela Sofos) e 2023 (pela JSCP representada), a realização de reserva de lucros a realizar constituída em 2020 (pela DMS F) representada) no montante de R\$ 116.177 mil e a diferença no montante de R\$ 26.823 mil como pagamento de dividendos referente ao exercício de 2021, aproximadamente, 19,60% do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, razão pela qual o montante de R\$ 7.385 mil será pago em 2023.

As empresas investidas apresentam avanços em desempenho operacional. No setor imobiliário, o lucro foi impulsionado pelo aumento expressivo do IPCA que corrigiu o contrato de aluguel com o Hospital Analisa e no setor Agropecuário a valorização expressiva da arroba e o aumento da quantidade das cabeças de gado (passando de 2.845 em 2020 para 6.111 em 2021) melhorou o desempenho operacional da investida.

Governança

Em 2021, a C/ia de Participações deu passos importantes no aprimoramento da sua estrutura de governança, com a contratação de Deloitte como consultoria, para revisão de algumas políticas, além de concluir seu plano de adequação à LGPD. Em linha com a busca contínua pela melhoria, foi adquirido novo software – TOTVS para melhoria contínua dos processos de Back office. Tais avanços reafirmam o compromisso da administração e acionistas controladores com as melhores práticas de condução e gestão de negócios no meio empresarial brasileiro.

Estrutura de Capital e Endividamento

A C/ia de Participações tem por prática a gestão prudente de caixa e baixíssimo nível de endividamento, o

Resultado ajustado total de R\$ 143.603 mil, base de avaliação para distribuição de dividendos.

Após os acréscimos acima, o montante de R\$ 6.770 mil foi destinado, por força do artigo 193, da Lei nº 6.404/1976, à constituição da reserva legal. Além disso, em reunião realizada em 10 de novembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia declarou (i) dividendos intercalares no montante de

As empresas investidas apresentaram avanços em desempenho operacional. No setor imobiliário, o lucro foi impulsionado pelo aumento expressivo do IPCA que corrigiu o contrato de aluguel com o Hospital Analisa e no setor Agropecuário a valorização expressiva da arroba e o aumento da quantidade das cabeças de gado (passando de 2.845 em 2020 para 6.111 em 2021) melhorou o desempenho operacional da investida.

básica de 126% nas receitas financeiras deve-se a maior rentabilidade em decorrência da maior taxa de juros aliado ao fato do saldo médio aplicado em 2021 ser maior que em 2020. Já em relação às despesas financeiras houve juros sobre os debêntures de R\$ 1,2 milhões que em 2020 não existia e a contabilização de R\$ 8,8 milhões de perda sobre fundo FIA (função de açúca) cuja perda se contabiliza

R\$ 123.038 mil, os quais constituíram antecipação do dividendo mínimo obrigatório ad referendum das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias para a realização da reserva de lucros em 2020 (ii) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 20.000 mil, em decorrência da concessão pela gerência de crédito de empréstimos em nome da Companhia; e (iii) dividendos não distribuídos em 2020 em razão de não terem sido apresentados os JSCP representando, a realização de reserva de lucros a realizar constituída em 2020 (pela DMAS S r.s.p.) no montante de R\$ 116.177 mil e a diferença no montante de R\$ 26.823 mil como pagamento de dividendos referente ao exercício de 2021, aproximadamente, 19,60% do lucro líquido do período de 1º de dezembro de 2020 até 31 de maio de 2022, totalizando R\$ 7.385 mil, além dos quais, como complemento dos dividendos mínimos obrigatórios, caso a destinação ora proposta seja aprovada pelos acionistas da Companhia.

A proposta da administração é no sentido de que o montante remanescente do resultado ajustado do exercício de 2021, no valor de R\$ 102.624 mil seja retido, mediante orçamento de capital para posterior distribuição aos acionistas da Companhia, sob a forma de Bônus por Ação, no valor de R\$ 102.624 mil, para execução do projeto bônus à suíte da Sociedade Anônima ("Hospital Analisa"), e BTS ASSAL, conforme

Governança

Em 2021, a Cia. de Participações deu passos importantes no aprimoramento da sua estrutura de governança corporativa, com a contratação da Deloitte como consultora, para revisão de algumas políticas, além de concluir o seu plano de adequação à LGPD. Em linha com a busca contínua pela melhoria, foi adquirido novo software – TOTVS para melhoria contínua dos processos de Back office. Tais avanços reafirmam o compromisso da administração e acionistas controladores com as melhores práticas de condução e gestão de negócios e de meio empresarial brasileiro.

Gestão de Portfólio

Em continuidade à execução da sua estratégia de alocação eficiente de capital e criação de valor de longo prazo, a holding conduziu importantes transações ao longo do ano. Além do investimento no BTS do Hospital Analisa, contrato já celebrado em 2020 prevendo um investimento de R\$ 300 milhões ao longo de 2021, a companhia também realizou aquisição de uma participação alavancada pelo montante de R\$ 42 milhões, cujas receitas estão previstas para iniciar em maio/2022.

Estrutura de Capital e Endividamento

O nível de endividamento da Companhia é prudente e adequado à gestão prudente de caixa e balanço patrimonial observado o nível de liquidez das disponibilidades e o foco na preservação de capital. Em 2021 a dívida líquida da Companhia é negativa, portanto, não possui alavancagem financeira. A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos, incluindo o pagamento de dividendos e o cumprimento de suas obrigações de longo prazo. O fluxo de caixa e a posição atual de caixa, a liquidez de seus ativos e a sua capacidade de chamar capital, caso necessário,

R\$ 123.000 mil, os quais constituíram antecipação do dividendo mínimo obrigatório ad referendum da assembleia geral ordinária, e realização da reserva de lucros a realizar constituída em 2020 (i) juros sobre

R\$ 123.000 mil, os quais constituíram antecipação do dividendo mínimo obrigatório ad referendum da assembleia geral ordinária, e realização da reserva de lucros a realizar constituída em 2020 (i) juros sobre

o lucro líquido no montante de R\$ 20.000 mil, ad referendum da assembleia geral ordinária. Tais dividendos somados aos JSCP representam, a realização de reserva de lucros a realizar constituída em 2020 (pela DF se representada) no montante de R\$ 116.177 mil e a diferença no montante de R\$ 26.823 mil como pagamento de dividendos referente ao exercício de 2021, aproximadamente, 19,60% do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, razão pela qual o montante de R\$ 7.385 mil será pago como complemento dos dividendos mínimos obrigatórios, caso a destinação ora proposta seja aprovada pelos acionistas da Companhia.

A proposta da administração é no sentido de que o montante remanescente do resultado ajustado do exercício de 2021, no valor de R\$ 102.624 mil seja retido, mediante orçamento de capital para posterior aporte de capital na subsidiária Interalia da Bahia Patrimônio Ltda., em razão dos investimentos para execução do projeto built to suit da Sociedade Anônima ("Hospital Aliança"), e BTS ASSAI, conforme detalhado no referido orçamento de capital.

Sumário Executivo

Destques 2021

- Venda de 20% da participação do Hospital Aliança em julho/21 por R\$ 350 milhões à vista, sujeito a eventual ajuste de preços;
- Pagamento antecipado de dividendos intermediários no montante de R\$ 123 milhões em dezembro de 2021;
- Pagamento de R\$ 20 milhões de JCP declarados no 4T21 e pagos em dezembro de 2021.
- Investimentos relevantes ocorridos no ano: aquisição do BTS do Assai por R\$ 42 milhões em dez/21 e aporte de R\$ 40 milhões no BTS do Hospital Aliança (investimentos feitos através da sua controlada Aliança Patrimonial) são passos importantes na estratégia de alocação eficiente de capital da holding.
- Aprovação para emissão de R\$ 150 milhões em Debêntures, dos quais R\$ 25 milhões foram contratados em 31 de maio de 2021;
- Investimento em tecnologia na aquisição de um novo software - TOTVS para melhoria dos processos de Back office;
- Aprimoramentos em governança, gestão de riscos e comunicação se refletiram nas melhorias dos controles internos da companhia

governança, com a contratação da Deloitte como consultora, para revisão de algumas políticas, além de concluir o seu plano de adequação à LGPD. Em linha com a busca contínua pela melhoria, foi adquirido novo software – TOTVS para melhoria contínua dos processos de Back office. Tais avanços reafirmam o compromisso da administração e acionistas controladores com as melhores práticas de condução e gestão de negócios de meio empresarial brasileiro.

Gestão de Portfólio

Em continuidade à execução da sua estratégia de alocação eficiente de capital e criação de valor de longo prazo, a holding conduziu importantes transações ao longo do ano. Além do investimento no BTS do Hospital Aliança, contrato já celebrado em 2020 prevendo um investimento de R\$ 300 milhões ao longo de 5 anos, foi adquirido um novo BTS cujo cliente é o Assai atacadista pelo montante de R\$ 42 milhões, cujas receitas estão previstas para iniciar em maio/2022.

Comentário de desempenho

Desempenho Operacional e Financeiro da Companhia

A Cia de Participações é uma holding de propósito claro: investe em outras companhias operacionais e tem seu resultado composto essencialmente por Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas, e pelo resultado de investimentos em ativos financeiros.

Receitas com alienações de investimentos - Tanto em 2020 quanto em 2021, houve venda de participação societária do Hospital Aliança (80% em 2020 e 20% em 2021) impactando muito positivamente nos resultados da Companhia. Desta forma verificamos uma redução da receita com Alienação de investimentos (R\$ 926.454 mil em 2020 e R\$ 166.745 mil em 2021). Em 2020, 80% do Hospital foi vendido por R\$ 800 milhões e em 2021 20% foi vendido por R\$ 350 milhões. Ambos sujeitos a ajuste de preços.

Receita Operacional - Com a reorganização societária da Companhia, quando da venda de 80% da participação societária do Hospital Aliança em julho de 2020, as atividades de operação foram transferidas diretamente para a Holding passaram a ser faturadas através da sua controlada Aliança da Bahia Patrimonial. Por este fato, mesmo com o aumento da receita mensal de aluguel do Hospital Aliança, (R\$ 1.683 mil em dez/20 e R\$ 1.898 mil em dez/21) registra-se uma redução na receita operacional da controladora, passando de R\$ 10.048 mil em 2020 para R\$ 2.354 mil em 2021 (já que esta receita

A Equivalência Patrimonial atingiu R\$ 24,5 milhões e R\$ 18,3 milhões em 2021 e 2020 respectivamente. Aumento de R\$ 6 milhões em relação ao acumulado do ano anterior. Esse resultado decorre da melhoria do resultado das suas controladas AB Agropecuária e AB Patrimonial.

Estrutura de Capital e Endividamento

A Cia de Participações tem por prática a gestão prudente de caixa e baixíssimo nível de endividamento, observado o nível de liquidez das disponibilidades e o foco na preservação de capital. Em 2021 a dívida líquida da Companhia é negativa, portanto, não possui alavancagem financeira.

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos, incluindo o pagamento de empréstimos de terceiros, dado seu colchão de liquidez se considerados o seu fluxo de caixa, a sua posição atual de caixa, a liquidez de seus ativos e a sua capacidade de chamar capital, caso necessário.

Auditoria

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/2003, registramos que, durante o exercício social de 2021, a KPMG Auditoria Independentes foi remunerada exclusivamente pelos serviços de auditoria prestados à Companhia. O auditor independente (ou partes a ele relacionadas) não prestou quaisquer outros serviços à Companhia nesse período.

Declaração dos Diretores

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos aos acionistas pela confiança e consideração que sempre nos têm distinguido, e aos nossos colaboradores pelo apoio e colaboração.

Salvador, 28 de março de 2022.

A Administração

R\$ 123.000 mil, os quais constituíram antecipação do dividendo mínimo obrigatório ad referendum da assembleia geral ordinária, e realização da reserva de lucros a realizar constituída em 2020 (i) juros sobre

o lucro líquido no montante de R\$ 20.000 mil, ad referendum da assembleia geral ordinária. Tais dividendos somados aos JSCP representam, a realização de reserva de lucros a realizar constituída em 2020 (pela DF se representada) no montante de R\$ 116.177 mil e a diferença no montante de R\$ 26.823 mil como pagamento de dividendos referente ao exercício de 2021, aproximadamente, 19,60% do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, razão pela qual o montante de R\$ 7.385 mil será pago como complemento dos dividendos mínimos obrigatórios, caso a destinação ora proposta seja aprovada pelos acionistas da Companhia.

A proposta da administração é no sentido de que o montante remanescente do resultado ajustado do exercício de 2021, no valor de R\$ 102.624 mil seja retido, mediante orçamento de capital para posterior aporte de capital na subsidiária Interalia da Bahia Patrimônio Ltda., em razão dos investimentos para execução do projeto built to suit da Sociedade Anônima ("Hospital Aliança"), e BTS ASSAI, conforme detalhado no referido orçamento de capital.

Sumário Executivo

Destques 2021

- Venda de 20% da participação do Hospital Aliança em julho/21 por R\$ 350 milhões à vista, sujeito a eventual ajuste de preços;
- Pagamento antecipado de dividendos intermediários no montante de R\$ 123 milhões em dezembro de 2021;
- Pagamento de R\$ 20 milhões de JCP declarados no 4T21 e pagos em dezembro de 2021.
- Investimentos relevantes ocorridos no ano: aquisição do BTS do Assai por R\$ 42 milhões em dez/21 e aporte de R\$ 40 milhões no BTS do Hospital Aliança (investimentos feitos através da sua controlada Aliança Patrimonial) são passos importantes na estratégia de alocação eficiente de capital da holding.
- Aprovação para emissão de R\$ 150 milhões em Debêntures, dos quais R\$ 25 milhões foram contratados em 31 de maio de 2021;
- Investimento em tecnologia na aquisição de um novo software - TOTVS para melhoria dos processos de Back office;
- Aprimoramentos em governança, gestão de riscos e comunicação se refletiram nas melhorias dos controles internos da companhia

governança, com a contratação da Deloitte como consultora, para revisão de algumas políticas, além de concluir o seu plano de adequação à LGPD. Em linha com a busca contínua pela melhoria, foi adquirido novo software – TOTVS para melhoria contínua dos processos de Back office. Tais avanços reafirmam o compromisso da administração e acionistas controladores com as melhores práticas de condução e gestão de negócios de meio empresarial brasileiro.

Gestão de Portfólio

Em continuidade à execução da sua estratégia de alocação eficiente de capital e criação de valor de longo prazo, a holding conduziu importantes transações ao longo do ano. Além do investimento no BTS do Hospital Aliança, contrato já celebrado em 2020 prevendo um investimento de R\$ 300 milhões ao longo de 5 anos, foi adquirido um novo BTS cujo cliente é o Assai atacadista pelo montante de R\$ 42 milhões, cujas receitas estão previstas para iniciar em maio/2022.

Comentário de desempenho

Desempenho Operacional e Financeiro da Companhia

A Cia de Participações é uma holding de propósito claro: investe em outras companhias operacionais e tem seu resultado composto essencialmente por Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas, e pelo resultado de investimentos em ativos financeiros.

Receitas com alienações de investimentos - Tanto em 2020 quanto em 2021, houve venda de participação societária do Hospital Aliança (80% em 2020 e 20% em 2021) impactando muito positivamente nos resultados da Companhia. Desta forma verificamos uma redução da receita com Alienação de investimentos (R\$ 926.454 mil em 2020 e R\$ 166.745 mil em 2021). Em 2020, 80% do Hospital foi vendido por R\$ 800 milhões e em 2021 20% foi vendido por R\$ 350 milhões. Ambos sujeitos a ajuste de preços.

Receita Operacional - Com a reorganização societária da Companhia, quando da venda de 80% da participação societária do Hospital Aliança em julho de 2020, as atividades de operação foram transferidas diretamente para a Holding passaram a ser faturadas através da sua controlada Aliança da Bahia Patrimonial. Por este fato, mesmo com o aumento da receita mensal de aluguel do Hospital Aliança, (R\$ 1.683 mil em dez/20 e R\$ 1.898 mil em dez/21) registra-se uma redução na receita operacional da controladora, passando de R\$ 10.048 mil em 2020 para R\$ 2.354 mil em 2021 (já que esta receita

A Equivalência Patrimonial atingiu R\$ 24,5 milhões e R\$ 18,3 milhões em 2021 e 2020 respectivamente. Aumento de R\$ 6 milhões em relação ao acumulado do ano anterior. Esse resultado decorre da melhoria do resultado das suas controladas AB Agropecuária e AB Patrimonial.

Estrutura de Capital e Endividamento

A Cia de Participações tem por prática a gestão prudente de caixa e baixíssimo nível de endividamento, observado o nível de liquidez das disponibilidades e o foco na preservação de capital. Em 2021 a dívida líquida da Companhia é negativa, portanto, não possui alavancagem financeira.

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos, incluindo o pagamento de empréstimos de terceiros, dado seu colchão de liquidez se considerados o seu fluxo de caixa, a sua posição atual de caixa, a liquidez de seus ativos e a sua capacidade de chamar capital, caso necessário.

Auditoria

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/2003, registramos que, durante o exercício social de 2021, a KPMG Auditoria Independentes foi remunerada exclusivamente pelos serviços de auditoria prestados à Companhia. O auditor independente (ou partes a ele relacionadas) não prestou quaisquer outros serviços à Companhia nesse período.

Declaração dos Diretores

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos aos acionistas pela confiança e consideração que sempre nos têm distinguido, e aos nossos colaboradores pelo apoio e colaboração.

Salvador, 28 de março de 2022.

A Administração

Balanco patrimonial - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - (Valores em milhares de Reais)										Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - (Valores em milhares de Reais)					
Ativo	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
		(Reapresentado)		(Reapresentado)			(Reapresentado)		(Reapresentado)			(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.147	199.463	20.731	216.005	Fornecedores	696	123	1.503	1.162	Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Aplicações financeiras	9	254.891	-	257.511	-	Empréstimos e debêntures	20	262	-	358	-	Lucro líquido do exercício	135.400	586.891	
Contas a receber de clientes	11	213	403	2.198	2.418	Obrigações sociais e trabalhistas	40	428	423	1.266	1.337	Ajustado por:	-	-	
Ativo biológico	12	-	-	22.938	6.973	Obrigações tributárias	19	246	159	750	876	Depreciação e amortização	18,19	1.491	
Tributos a recuperar	13	11	-	1.413	-	Dividendos a pagar	22d	15.967	7.399	15.967	7.399	Resultado de equivalência patrimonial	17	(24.477)	
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	14c	16.778	7.859	16.565	8.464	Outras obrigações a pagar		199	208	199	208	Resultados com alienações de títulos de renda variável	23	-	
Outros ativos circulantes		1.029	2.028	1.029	2.028	Total do passivo circulante	17.752	8.303	20.210	10.982		Rendimento sobre aplicação financeira	27	(12.657)	
Total do ativo circulante		278.385	209.808	324.133	236.892	Não circulante						Variações monetárias líquidas	-	(1.100)	
Não circulante						Contas correntes com empresas ligadas	15	-	5.035	1.000	1.000	Provisão para perda estimada de crédito	11	257	
Realizável a longo prazo	2	20.044	-	20.044	-	Empréstimos e debêntures	20	19.550	-	21.966	-	Provisão para demandas judiciais	22	4.821	
Contas a receber - venda de participações	9	-	48.078	-	48.716	Obrigações tributárias	19	26.428	25.04	26.428	25.04	Ajuste do valor justo do ativo biológico	12	-	
Tributos de renda e variáveis	13	-	-	-	2.557	Tributos diferidos	14b	1.142	67.346	10.325	74.754	Juros sobre empréstimos e debêntures	21	1.266	
Tributos a recuperar	19	-	-	-	-	Provisões para demandas judiciais	21	16.851	12.030	16.851	12.158	Despesas de imposto de renda e contribuição social diferida	15b	(61.913)	
Depósitos judiciais	19	26.358	24.978	26.495	25.114	Total do passivo não circulante	63.971	109.452	76.370	112.953		Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente	15a	104.589	
Contas correntes com empresas ligadas	15	-	434	-	-	Patrimônio líquido						Resultado com alienações participação societária	26	(166.745)	
Total do ativo não circulante		46.402	73.490	46.539	76.387	Capital social	22	410.358	410.358	410.358	410.358	Resultado com alienações do ativo imobilizado e outros investimentos	17,2	255	
Total do ativo		743.506	804.269	758.363	810.449	Reservas de lucros		230.936	247.150	230.936	247.150	Amortização dos custos de transações - debêntures	21	86	
						Ajustes de avaliação patrimonial		20.489	29.006	20.489	29.006	Outras	197	1.116	
						Total do patrimônio líquido	661.783	686.514	661.783	686.514			(17.430)	(42.281)	
						Total do passivo e patrimônio líquido	743.506	804.269	758.363	810.449			(3.466)	(16.971)	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras															

[illegible]

(b) Gerenciamento de riscos financeiros - A diretriz corporativa desenhada na matriz de riscos do Grupo, visa mapear todos os tipos de riscos, definindo limites e controles para monitorar suas transações e seu desempenho, desenvolvendo assim um ambiente disciplinado e construtivo, preservando a liquidez e os níveis de exposição. Embora monitorados, entendemos que o Grupo está exposto aos riscos abaixo comentados: **a. Risco de mercado** - O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. **i. Risco de volatilidade no preço das ações e BDRs** - O Grupo está exposto ao risco de mudanças no preço das ações em razão das aplicações financeiras mantidas. Seu reconhecimento no balanço patrimonial é pelo valor justo por meio do resultado. A exposição máxima determinada pela administração da empresa para esse risco é de até 30% dos investimentos e os investimentos são genidos por fundos de investimentos os quais determinam os setores para ser investidos e também os riscos de retorno. **ii. Risco de taxa de juros** - Risco de taxa de juros é o risco de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilarem devido a mudanças nas taxas de juro de mercado. O Grupo entende que pelo volume financeiro com essa exposição, não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação. **iii. Análise de sensibilidade** - As análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. O cenário provável foi projetado considerando as taxas de juros CDI a 11,79% e de IPCA a 5,03% projetadas para 31 de dezembro de 2022 (Boletim FOCUS/BCB). • Cenário I: considera uma variação de 10% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável. • Cenário II: considera uma variação de 20% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários I e II consideram uma redução de 10% e 20%, respectivamente, em relação ao cenário provável. A Administração definiu estes percentuais considerando o prospectos de períodos anteriores e os níveis a que tais ativos e passivos estão expostos. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado do Grupo no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Análise de sensibilidade (CDI)					
Ativos consolidados	Nota	Saldo Contábil	Provável	Impacto Cenário (I)	Impacto Cenário (II)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Aplicações Financeiras	8	20.164	2.377	2.615	2.853
CDB	9	99.651	11.749	12.924	14.099
Debêntures	9	47.749	5.630	6.193	6.756
Títulos Privados	9	14.738	1.738	1.911	2.085
Contas a receber - venda de participações	26	20.044	(2.363)	(2.600)	(2.836)
Empréstimos e debêntures	21	22.324	(3.246)	(3.509)	(3.772)
		224.670	15.884	17.534	19.184

Análise de sensibilidade (IPCA)					
Ativos consolidados	Nota	Saldo Contábil	Provável	Impacto Cenário (I)	Impacto Cenário (II)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Debêntures	9	47.749	2.402	2.642	2.882
Títulos Públicos	9	37.539	1.888	2.077	2.266
Títulos Privados	9	14.738	741	815	890
		100.026	5.031	5.534	6.038

b. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros circulantes. A seguir, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Nota	Saldo não descontado	1 Ano	2 Anos	de 3 a 5 anos	+ de 5 anos
Passivos consolidados						
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Empréstimos e debêntures	21	29.281	2.928	2.928	8.784	14.641
Provisões para contingências - reembolso	22	16.851	16.851	-	-	-
Fornecedores		1.503	1.503	-	-	-
Dividendos a pagar	23d	8.582	8.582	-	-	-
Contas correntes com empresas ligadas		1.000	1.000	-	-	-
Outras obrigações a pagar		367	367	-	-	-
		57.584	31.231	2.928	8.784	14.641

c. Risco de crédito - O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com as diretrizes discutidas pela Diretoria. Os recursos excedentes são investidos a fim de minimizar a concentração de riscos. **(I) Risco de crédito junto a contrapartes comerciais** - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das empresas do Grupo incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da Administração para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. Em 31 de dezembro de 2021 existe um cliente que representa um recebível com uma contraparte que representa mais de 10% do total dos recebíveis.O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o grupo está exposto ao risco de crédito. Para o saldo de contas a receber foi constituída provisão de perda em montante considerado suficiente. Não foi identificada necessidade de constituição de provisão para perdas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 para os demais ativos. **(II) Risco de crédito junto a instituições financeiras** - Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, o Grupo segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de rating para as principais instituições financeiras com as quais o Grupo possui operações em aberto. O total investido por faixa de *rating* a longo prazo em escala nacional, publicado por agência de classificação para as principais instituições financeiras com as quais o Grupo mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 72.853, investido em instituição financeira com classificação 'AAA'; e R\$ 204.368, investido em instituições financeiras com classificação 'AA'. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.147	199.463	20.731	216.005
Aplicações financeiras	9	254.891	-	257.511	-
Contas a receber de clientes	11	213	403	2.198	2.418
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber		1.029	2.028	1.029	2.028
Outros ativos circulantes		316	55	1.750	1.004
Total do circulante		261.596	201.949	283.219	221.455
Não circulante					
Contas a receber - venda de participações	26	20.044	-	20.044	-
Contas correntes com empresas ligadas	16	-	434	-	-
		20.044	434	20.044	-

29 Reapresentação das demonstrações financeiras

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e as informações financeiras intermediárias relativas as demonstrações de resultado referentes ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2021, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 estão sendo corrigidas para ajustar a valor justo a participação na coligada Hospital Aliança da Bahia de R\$ 185.291 (Controladora e Consolidado) que originalmente foi contabilizada a custo histórico no momento da perda de controle com a venda de 80% da participação original na respectiva subsidiária. As informações financeiras intermediárias, também estão sendo corrigidas para considerar a baixa do valor justo dos 20% de participação na coligada Hospital Aliança da Bahia de R\$ 185.291 no momento de alienação desse investimento. Essas correções estão identificadas pela referência "(a)" nos quadros abaixo. As demonstrações de resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram corrigidas para evidenciar o montante único do resultado compreendendo o resultado total após os tributos sobre lucros das operações descontinuadas que anteriormente estavam apresentadas como operações continuadas. Essas correções estão identificadas pela referência "(b)" nos quadros abaixo. Essas correções (a) e (b) não afetam o balanço inicial de 01 de janeiro de 2020. Além dos ajustes descritos no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 estão sendo reapresentadas pelas seguintes mudanças de critérios de classificação contábil: (c) reclassificação da apresentação de Ativos Biológicos e Propriedade para Investimento apresentados como estoque no montante de R\$ 6.973 e R\$ 64.331 (no consolidado) e reclassificação da apresentação de tributos a recuperar de R\$ 257.132 compensando com o saldo de obrigações tributárias. Apesar das reclassificações (c), serem imateriais, o Grupo decidiu reapresentar estes saldos nas demonstrações financeiras para melhorar a comparabilidade entre os dois exercícios.

Parecer do Conselho Fiscal	Conselho de Administração
Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia de Participações Aliança da Bahia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, declaram que examinaram o relatório da administração, as contas da Diretoria e as DFs 2021; as contas da Diretoria e as DFs 2020, conforme retificadas; o orçamento de capital e proposta da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, contemplando a distribuição de dividendos; e a proposta de retificação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e ainda com base nos esclarecimentos apresentados pela Administração e considerando, ainda, os esclarecimentos complementares prestados pelos auditores externos KPMG e respectivos relatório emitido sem ressalvas em 30 de março de 2022, opinando os membros, que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.	Therезe de Almeida Gonçalves Tourinho - Presidente José Maria Souza Teixeira Costa - Vice-Presidente José Antonio Bacellar Gonçalves Tourinho - Conselheiro Luciano Joaquim de Carvalho - Conselheiro
Salvador - Bahia, 30 de março de 2022	Diretoria
Raimundo Santos Silva - Presidente Marcelo da Silva Pinho - Membro Efetivo Elias de Matos Brito - Membro Efetivo Edson Piedade Campos - Membro Efetivo Paulo Cortizo Andion - Membro Efetivo	José Renato de Almeida Gonçalves Tourinho - Presidente Rodrigo Ribeiro Accioly - Diretor Alberico Machado Mascarenhas - Diretor Clarissa Barreto Modafferi - Diretora de Relações com Investidores
	Contador
	Vileison Ramos - CRC-BA 7494/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas da Companhia de Participações Aliança da Bahia
Salvador - Bahia
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Participações Aliança da Bahia (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia de Participações Aliança da Bahia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Classificação de arrendamento: Veja a Nota 5 (a), 7.3 (i) e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria** - Quando o Grupo atua como arrendador, no início de cada arrendamento, determina se contabilizará o arrendamento como um arrendamento financeiro ou operacional. A aplicação da política contábil CPC 06/IFRS 16 – Arrendamentos requer o uso de julgamentos para determinar o tratamento contábil adequado do arrendamento. A Companhia, para determinar a classificação do arrendamento entre financeiro e operacional, considera os seguintes fatores: o arrendamento transfere a propriedade subjacente ao arrendatário ao final do prazo de arrendamento, o arrendatário tem a opção de compra do ativo subjacente a preço que se espera que seja suficientemente mais baixo do que o valor justo na data em que a opção se tornar exercível, para que seja razoavelmente certo que será exercida, o prazo de arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente, mesmo se a propriedade não for transferida, na data de celebração do arrendamento, o valor presente dos recebimentos do arrendamento equivale substancialmente à totalidade do valor justo do ativo subjacente, e o ativo subjacente é de natureza tão especializada que somente o arrendatário pode usá-lo sem modificação, entre outros. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao julgamento, exercido na aplicação da política contábil para determinar se o contrato é um arrendamento operacional ou financeiro, que possui efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de reconhecimento e mensuração dos contratos de arrendamentos; e (ii) Obtenção e análise dos contratos de arrendamento para determinar se há alguma das seguintes situações que, individualmente ou em combinação, levariam o arrendamento a ser classificado como arrendamento financeiro: o arrendamento transfere a propriedade subjacente ao arrendatário ao final do prazo de arrendamento, o arrendatário tem a opção de compra do ativo subjacente a preço que se espera que seja suficientemente mais baixo do que o valor justo na data em que a opção se tornar exercível, para que seja razoavelmente certo que será exercida, o prazo de arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente, mesmo se a propriedade não for transferida, na

Balanço patrimonial			
		</	

		Anteriormente apresentado
Demonstrações consolidadas do resultado e resultado abrangente	Nota	
Operação continuada		
Receita operacional líquida	24	10.04
Custo das locações, vendas e serviços prestados	25	(1.52)
Lucro bruto		8.52
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	25	(43.57)
Receitas líquida com alienações de Investimentos	26	741.16
Outras receitas (despesas) operacionais		80
		698.39
Receitas financeiras	27	10.08
Despesas financeiras	27	(4.46)
Resultado financeiro, líquido		5.62
Equivalência patrimonial	17	1.05
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		713.58
Imposto de renda e contribuição social corrente	15a	(248.98)
Imposto de renda e contribuição social diferida	15b	
Resultado líquido das operações continuadas		464.59
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)	29	
Lucro líquido do período		464.59
Resultado abrangente		482.88

		Controladora	Consolidado
		2020	2020
		Impactos da retificação de erros	Impactos da retificação de erros
		Anteriormente apresentado	Anteriormente apresentado
		ajustes	ajustes
		Reapresentado	Reapresentado
Demonstrações do valor adicionado		-	-
por ação preferencial		-	-
por ação Ordinária		-	-
Resultado por ação - Básico/Diluído		-	-
Operações continuadas (Em reais)		-	-
por ação preferencial		-	-
por ação Ordinária		-	-

		Controladora	Consolidado
		2020	2020
		Impactos da retificação de erros	Impactos da retificação de erros
		Anteriormente apresentado	Anteriormente apresentado
		Ajustes	Ajustes
		Reapresentado	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		-	-
Lucro líquido do período		464.599	464.599
Ajustado por:		122.292 (a)	122.292 (a)
Depreciação e amortização	18,19	2.340	7.466
Resultado de equivalência patrimonial	17	(1.050)	(5.123) (b)
Rendimento sobre aplicação financeira	27	-	5.123 (b)
Provisão para perda estimada de crédito	11	86 (b)	86 (b)
Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente	15a	943 (b)	943 (b)
Resultado com alienações participação societária	26	311.988 (b)	311.988 (b)
Resultado com alienações do ativo imobilizado e outros investimentos	17,19	(741.163)	(741.163)
Outros ativos circulantes		(806)	96 (b)
Depósitos judiciais	20	2.348	12.116
Outras obrigações a pagar		(527) (b)	(878)
Operação descontinuada	29	3.321	1.894 (b)
Imposto de renda e contribuição social pagos	15c	-	19.487 (b)
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos		(253.816) (b)	5.994 (b)
Outras		19.829 (b)	1.054 (b)
Outros fluxos operacionais		1.118 (b)	(257.183) (b)
		(5.639)	-
		(27.050)	(238) (b)
		(1.042)	(4.141)
		(277.992)	(25.139)
		(27.992)	(247.635)

</			

91 CORRETO CPAB_Balanco_2022_On line.pdf

Código do documento: 91



Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

Certificado Digital

E-mail: legal02@hmcontabilidade.com.br

Registro de Eventos:

01 abr. 2022, 11:13:00 - UPLOAD

Documento: 91

Criado por: Jandir Almeida. **E-mail:** jandir@atarde.com.br

DATE_ATOM: 2022-04-01T08:13:00-0300

22 nov. 2023, 14:59:01 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura de iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2023-11-22T11:59:01-0300

22 nov. 2023, 15:00:16 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

E-Mail: legal02@hmcontabilidade.com.br

Emissor do Certificado: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC
DIGITALSIGN RFB G3

DATE_ATOM: 2023-11-22T12:00:16-0300

Hash do documento original

[SHA256] : c98c7b325852befc4a8a7e2b74e36259330a4b456fcafb394642b670bcd906a

[SHA512] : cf83e1357eefb8bdf1542850d66d8007d620e4050b5715dc83f4a921d36ce9ce47d0d13c5d85f2b0ff8318d2877e2f63b931bd47417a81a538327af927da3e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3